

Depois de focalizar numa secção II os efeitos das migrações, sistematizando a sua seqüência, expõe o Autor a sua teoria geral do êxodo rural. São aqui examinados os principais aspectos do fenômeno, aprofundando-se a análise do mecanismo da lei da população agrícola decrescente para mostrar a peculiaridade da agricultura como atividade econômica: a sua maior dependência de fatores climáticos e biológicos torna estreitamente inelástica a oferta dos seus produtos, inelasticidade que se estende à própria procura; sendo, geralmente muito elevada a taxa de natalidade da população rural, impõe-se então o êxodo do excedente demográfico economicamente produtivo. Não despreza o Autor a influência do progresso da técnica na intensificação do êxodo rural, o que determinará efeitos favoráveis ou não para o estabelecimento do equilíbrio na distribuição da população de um país pelas zonas rural e urbana.

Conclui o Prof. Fromont o seu interessante livro, abordando os problemas de uma possível política demográfica científica.

JOSE FRANCISCO DE CAMARGO.

PEREIRA DA COSTA (F. A.). — *Anais Pernambucanos*. Vol. III: 1635-1665. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952. 542 p.

E' com real satisfação que vimos constatando a regularidade com que o Arquivo Público de Pernambuco vem editando os *Anais Pernambucanos* de Francisco Augusto Ferreira da Costa, repositório valioso da história brasileira, cuja publicação ficará como uma das maiores realizações do governo daquele Estado, presidido por Agamenon Magalhães. Receávamos que o falecimento deste ilustre homem público (que, na realidade, nunca esqueceu seu passado de professor de história e de geografia) viesse interromper o empreendimento iniciado, por sua ordem, pelo Arquivo Estadual. Felizmente, tal não aconteceu e mais um volume da obra do cronista pernambucano acaba de vir a público.

Este terceiro volume dos *Anais* compreende os anos de 1635 a 1665. E' a hora do estabelecimento do domínio holandês, de seu fastígio e esplendor e, finalmente, a hora máxima de Pernambuco com a sua heróica insurreição e consqüente expulsão do invasor. Através das páginas deste volume desfila toda uma época heróica, tumultuosa e impregnada da bravura e do caráter pernambucanos. A leitura atenta e meditada dessas páginas — que o governo do Estado retira do silêncio e do ineditismo — revela não só muito pormenor ignorado, como esclarece outros contrvertidos. E ainda uma vez se revela o caudal de informações e documentos inéditos com que Pereira da Costa ilustrou e fundamentou sua obra de historiógrafo honesto e laborioso.

De acôrdo com o plano, a obra deverá compreender dez volumes de aproximadamente quinhentas páginas. Deve ser louvado não apenas o cuidado gráfico com que o trabalho vem sendo publicado, como também a apresentação uniforme de todos os volumes até agora editados. Digno de registro, neste volume, é a grande cópia de mapas antigos, cuidadosamente reproduzidos, tanto de origem holandesa, como brasileira ou portuguesa.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

PONTES (Carlos). — *Motivos e Aproximações*, Rio de Janeiro, 1953, 237 pp.

O Sr. Carlos Pontes, autor de um importante estudo sobre Tavares Bastos, publicado na *Brasiliãna*, pela Companhia Editora Nacional, em 1939, reúne agora, sob o título — *Motivos e Aproximações* — uma série de in-

teressantes artigos. Sabe o A. atrair a atenção do leitor e o seu trabalho, ao mesmo tempo que instrui, distrai e agrada. Apenas resumiremos alguns dos ensaios para os leitores da *Revista de História*, os três que têm por títulos: "Fontes e Incertezas Euclidianas", "Anedota Eleitoral" e "A Última Sessão do Velho Senado".

No primeiro destes ensaios, mostra o A. o quanto Eucildes da Cunha se aproveitou — e mal — da preciosa fonte de informações sobre o Segundo Império que é o precioso livro de Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império*. Do segundo, poderia talvez concluir-se que, até a honestidade política, no Brasil, pode ser obtida graças a uma pia fraude, como diz o A. . . Refere-se o Sr. Carlos Pontes às esperanças que a lei "Rosa e Silva", de 1904, teria dado às minorias oposicionistas nos Estados. Conta o A. que Alagoas era então dominada pela oligarquia dos Malta. Certa vez houve eleição e "nesse dia pela manhã surge na repartição dos telégrafos um policial e ali entrega, com todos os exigíveis requisitos de autenticidade, vários telegramas oficiais, como procedentes do palácio do governo e dirigidos aos chefes políticos dos núcleos eleitorais mais importantes do interior do Estado, recomendando-lhes que respeitassem a liberdade de voto e apurassem seriamente o resultado das urnas. Um dos destinatários, mais ladino, estranhando a ordem que contrariava combinações anteriores, responde manifestando sua surpresa. Surpreendido de verdade ficou o suposto signatário, que corre à estação telegráfica e verifica a falsidade dos despachos, quando já não era mais possível qualquer providência que permitisse neutralizar os efeitos da ordem apócrifa. Conhecidos no dia seguinte os resultados eleitorais, investem violentos pelos jornais os governistas contra os adversários, acusando-os de haverem em seu proveito falsificado telegramas. Revidam os oposicionistas e lançam por sua vez enérgico repto de honra para que publiquem os despachos a que aludem ou então autorizem a repartição dos telégrafos a fornecer-lhes certidões dos mesmos. Como confessar de público o governo que não seria capaz de procedimento tão democrático e de tal modo elevado que só poderia recomendá-lo, como benemérito, à admiração do país? O melhor alvitre foi encerrar a discussão e silenciar, curtindo na intimidade a irritação." (pp. 188-189).

Melancólico, e também simbólico, é o último ensaio do interessante trabalho do Sr. Carlos Pontes, "A Última Sessão do Velho Senado", a de 16 de novembro de 1889. Vamos transcrever aqui as três últimas páginas do livro.

"No dia 15 de novembro, sob a presidência de Paulino de Souza, secretariado pelo Visconde de Taunay e Meira Vasconcelos, os padres conscritos, como se estivessem no melhor dos mundos, distantes intirramen'te dos acontecimentos que se desenrolavam no Campo de San'Ana, realizam sua segunda sessão preparatória. Lida uma comunicação de Saraiva, recém-chegado da Europa, de achar-se pronto para os trabalhos, o presidente convoca seus pares para nova reunião no dia imediato. A essa mesma hora em que cidadãos assim pacíficos procuravam deliberar pequenas coisas, já havia desabado o trono! No dia 16, não mais existiam razões que justificassem a ignorância dos fatos. A República estava proclamada, e eram de conhecimento de todos os primeiros decretos e as primeiras providências do novo governo."

.....

.....

"Mas apesar disso, à hora regulamentar, indiferentes a tudo, retomavam os seus trabalhos ordinários, os seguintes senadores: Paulino de Souza, Barão de Mamanguape, Gomes do Amaral, Castro Carreira, Cristiano Ottoni, Visconde de Taunay, Pereira da Silva, Barão de Mamoré, Francisco Corrêa, Fausto de Aguiar, Leão Veloso, Visconde de Jaguaribe, Saraiva, Luiz Filipe, Soares Brandão, Visconde de Serro Frio, Visconde de Cruzeiro e Visconde de Bom Conselho. Com a persistência de velhos fantasmas familiares, que não abandonam as antigas moradas, mesmo em ruínas, aí estavam, pontuais no

vetusto casarão do Conde dos Arcos, aquêles varões austeros, que nada mais tinham a resolver, pois o mundo de ficções em que viveram e ajudaram a criar, e de que se presumiam sólidas colunas, não mais existia; ruira tão facilmente num minuto, não resistindo, como disse Alberto Tôrres, ao simples deslocamento de ar produzido por alguns regimentos em marcha...

.....

.....

No dia 16 de novembro, reunia-se novamente o Senado. "Lida e aprovada a ata da sessão anterior, não havendo expediente, pede a palavra pela ordem o senador pelo Paraná, Manoel Francisco Correa, que diz desejar saber se por algum meio consta à mesa que haja senadores presos. Paulino de Souza, na presidência, informa que nenhuma comunicação possui a mesa, de modo a responder à pergunta do nobre côlega. As notícias que possuía são as publicadas nos jornais, as quais, declara, não cabe repetir daquela cadeira. Fala então, menos reticencioso, o Visconde de Lima Duarte: — Sr. Presidente, V. Excia. acaba de declarar que nada consta oficialmente a respeito dos acontecimentos que se tem dado, a exceção do que referem os jornais. Os jornais, porém, dão conta de acontecimentos gravíssimos, e não sei se será conveniente que o Senado tome qualquer providência ou dê qualquer demonstração de seu modo de pensar sobre os fatos que vão ocorrendo.

A essas observações inocentes do senador por Minas Gerais, responde Paulino de Souza, com as subtilezas próprias do seu engenho: — O Senado está em sessão preparatória, que se abre com qualquer numero, ainda que insufficiente para deliberar. Mantenho hoje, como sempre, a estrita legalidade constitucional, e, observando o regimento, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restrito à constituição desta Câmara. Um monge de Bizâncio, discutindo a precedência das Pessoas da Santíssima Trindade, quando já fulgurava o Crescente nos muros da cidade, não demonstraria, por certo, mais perfeito alheamento do perigo!... Por não haver mais nada a tratar, Paulino de Souza, como de praxe, convida calmamente os colegas presentes para se reunirem no dia seguinte, às horas do costume. E no dia seguinte, achando o Governo Provisório que era de mais aquele recreio de mandarins, resolveu pôr-lhe um paradeiro, e collocou uma praça do exército à porta do Velho Senado..." (pp. 233-236).

O livro do Sr. Carlos Pontes é todo assim interessante e sugestivo. Que o A. nos dê outros trabalhos que venham pôr à luz outros aspectos curiosos da nossa história.

J. CRUZ COSTA.

OLIVEIRA (José Teixeira de). — História do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1951. XVI 502 pp.

Realmente não é tarefa muito fácil escrever a história de qualquer um dos estados do Brasil sem repetir o mesmo plano, as mesmas diretrizes e até os mesmos títulos dos capítulos da história do país. Enfim, sem torná-la mero reflexo da história geral. Talvez porque o plano já está feito e é só enquadrar nele os acontecimentos da história do Espírito Santo ou do Maranhão, talvez pela preocupação, nem sempre muito louvável, de mostrar que este ou aquele estado foi onde mais se refletiram os episódios da crônica surrada da pobre história brasileira, a verdade é que, com raras exceções, os volumes até agora publicados sobre a história das diversas regiões brasileiras têm, pelo menos, oitenta por cento em comum. E no entanto, quanta individualidade nas histórias de nossos estados! Maior, às vezes, do que se se tratassem de países independentes! Eis um ponto em que o regionalismo histórico é deveras benéfico, pois através dele, quanta coisa podemos tirar dos